

APRESENTAÇÃO

JOSÉ ANTONIO DE SOUZA
BERNARDO BAYONA AZNAR

Após termos analisado as doutrinas do conciliarismo durante o Cisma do Ocidente, a partir dos textos de seus principais protagonistas, em *Doutrinas e relações de poder no Cisma do Ocidente e na época conciliar*, publicado há quase quatro anos¹, nos animamos a editar este novo volume sobre as teorias políticas e as relações de poder nas primeiras décadas do século XIV, um tempo em que a controvérsia não só alcançou seu clímax, mas também, uma fértil reflexão doutrinal. Com ele prosseguimos completando a tarefa que já vínhamos desenvolvendo, em separado, há algum tempo, com o desejo de contribuir para conhecer melhor o pensamento político, filosófico e teológico da Idade Média Tardia que foi decisivo para a configuração das novas relações de poder até desembocar na Reforma e na Modernidade.

Com efeito, este livro está direta e especificamente relacionado com as obras de José A. de C. R. de Souza: *O Reino de Deus e o reino dos homens: As relações entre os poderes espiritual e temporal na Baixa Idade Média, (da Reforma Gregoriana a João Quidort)*², em particular, com o capítulo IV e, com *As relações de poder na Idade Média Tardia, Marsílio de Pádua, Álvaro Pais e Guilherme de Ockham*³ e, resgata obras

-
1. José A. de C.R. de SOUZA-BERNARDO BAYONA AZNAR (EDS.), *Doctrinas y relaciones de poder en el Cisma de Occidente y en la época conciliar (1378-1449)*, Prensas de la Universidad de Zaragoza, 2013.
 2. Ver José A. de C.R. de SOUZA-JOÃO MORAIS BARBOSA. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1997, pp. 125 e seguintes. Disponível em <http://www.pucrs.br/edipucrs/digitalizacao/colecao-filosofia/reinodedeus.pdf>
 3. José A. de C.R. de SOUZA. Porto Alegre, EST Edições/ Porto, Universidade do Porto,

que, sem dúvida, influíram na elaboração das teses de Marsílio de Pádua e que representam um marco incontornável na erosão da doutrina da *plenitudo potestatis papalis* e no surgimento de uma legitimação laica do poder, como Bernardo Bayona explicou em *Religión y poder. Marsilio de Padua, ¿La primera teoría laica del Estado?*⁴ e em *El origen del Estado laico desde la Edad Media*⁵.

Este novo livro tem como objeto a relação entre os poderes medievais, o espiritual e o temporal e versa sobre as ideias, doutrinas ou teorias, surgidas em dois momentos particularmente intensos, quanto a essa relação controversa, que são o pontificado de Bonifácio VIII, transcorrido entre o último lustro do século XIII e o primeiro do século XIV e o de João XXII, duas décadas mais tarde. E fundamenta-se em algumas fontes escritas nesses momentos, no fragor da polémica intelectual e institucional que, pela primeira vez, são oferecidas aos leitores de língua portuguesa e castelhana. E, em parte, como os demais que o precederam, ele se inspira⁶ nos trabalhos de Lo Grasso, de Gallego-Blanco e de Ewart Lewis⁷.

A querela entre o papa Bonifácio VIII e o rei franco, Felipe IV, o Belo, foi em grande medida um combate de ideias, em que importava muito o apoio, não só dos prelados e da nobreza, mas também e, principalmente, o dos intelectuais e mestres universitários. Sinal disso, em 1297, foi a apelação de alguns cardeais à Universidade de Paris, a fim de que se pronunciasse sobre o direito de renúncia da parte do papa (que afetava a validade da eleição de Bonifácio VII, após a renúncia de Celestino V) ou o interesse do rei para que os professores da mencionada Universidade fimassem a convocação para um concílio, em junho de

2010.

4. Bernardo BAYONA AZNAR. *Religión y poder. Marsilio de Padua, ¿La primera teoría laica del Estado?*, Biblioteca Nueva / Prensas Universitarias de Zaragoza, 2007.
5. Bernardo BAYONA AZNAR. *El origen del Estado laico desde la Edad Media*, Tecnos, Madrid, 2009.
6. José A. de C.R. de SOUZA (ORG. ET ALII). *O reino e o sacerdócio. O pensamento político na Alta Idade Média*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1995, disponível em <http://www.pucrs.br/edipucrs/digitalizacao/colecao/ filosofia/oreino.pdf>; JOSÉ A. DE C.R. DE SOUZA-LUÍS ALBERTO DE BONI (ORGS. ET ALII). *As relações de poder: Do Cisma do Ocidente a Nicolau de Cusa*. Porto Alegre, EST edições, 2011. JOSÉ A. DE C.R. DE SOUZA-BERNARDO BAYONA AZNAR. (et alii). *Doctrinas y relaciones de poder en el Cisma de Occidente y en la época conciliar (1378-1449)*. Prensas de la Universidad de Zaragoza, PUZ, 2013.
7. Ver respetivamente, Ioannes B. LO GRASSO S.J. *Ecclesia et Status-Fontes selecti*. Roma. 1939. E. GALLEGO BLANCO. *Relaciones entre la Iglesia y el Estado en la Edad Media*. Madrid, Ed. Revista de Occidente.1973. EWART LEWIS. *Medieval Political Ideas*. 2 vols. 2ed. New York, Cooper Square Publishers, 1974.

1303 (Duns Escoto não o assinou e foi obrigado a retornar à Inglaterra com 26 companheiros franciscanos). Essas solicitações eram o reconhecimento de que o saber dos professores universitários se firmava como uma força decisiva para decantar a vitória definitiva na interminável luta entre a autoridade do sacerdócio e o poder da realeza.

Se certamente os acontecimentos estimulavam a reflexão teórica, incitando filósofos, teólogos e juristas a tratar determinadas questões, esse mesmo debate intelectual interferia, por sua vez, nas concepções políticas e nos espaços públicos, chegando assim a formar parte integrante da transformação política nesses anos, de modo que, os numerosos escritos teológicopolíticos que, em forma de *quaestio*, *tractatus* ou panfleto, refletiram sobre as relações entre o *regnum* e o *sacerdotium* (Estado e Igreja) e se pronunciaram sobre os assuntos em litígio, podem ser simultaneamente considerados consequência e motor. Os autores desses textos, que mostram fortes divergências doutrinárias, não apenas se propunham a elaborar argumentos que serviram ao papa ou ao rei, mas também pretendiam fazer valer sua autoridade intelectual na busca da verdade, bem como sua capacidade de resolver questões de interesse geral, mais além de estar a serviço de um ou de outro lado⁸. Na verdade, os escritos políticos dessa época não eram simples instrumentos ao serviço dos detentores do poder em confronto, mas revelaram a tomada de consciência de uma elite intelectual que, dotada de uma sólida formação filosófica, teológica e ou jurídica, sem dúvida, favorecida pelos acontecimentos e pela práxis política, chegou a fazer uma elevada ideia de suas funções. Assim, aqueles intelectuais não atuavam somente sob pressão da corte ou da cúria, mas também tomavam a iniciativa da análise política e assumiram uma responsabilidade que entranhava uma reorientação dos argumentos jurídicos e uma nova adaptação das ideias e das concepções tradicionais que começaram a ser repensadas e utilizadas de outra maneira e a ter consequências explícitas nas relações entre os dois poderes.

Muitos conceitos relativos à instituição do poder, analisados nas obras escritas à volta de 1300, reaparecerão com força duas décadas

8. Como demonstra magistralmente Gianluca BRIGUGLIA, *Le pouvoir mis à la question Théologiens et théorie politique à l'époque du conflit entre Boniface VIII et Philippe le Bel*, Paris, Les Belles Lettres, 2016; em especial, no capítulo I, intitulado «*Inquirere veritatem. Notitia veritatis*», no qual analisa essa pretensão de verdade nos prólogos políticos de João de Paris, Egidio Romano e Tiago de Viterbo, pp. 33-50. Ver também Gianluca BRIGUGLIA E STEFANO SIMONETTA (ORGS.), *Bonifacio VIII e Filippo il Bello. Scritti politici di una disputa*, Bergamo, Lubrina Editore, 2002.

depois, sob o pontificado de João XXII e os encontramos tanto em Marsílio de Pádua como em seus detratores. Referimo-nos, por exemplo, à noção de «*iurisdictio*»; a ideia de «*plena potestas*»; que poderes Cristo teve e quais deles transmitiu a Pedro; o significado de «poder das chaves»; o alcance do «*dominum*» que Cristo teve sobre os bens e as pessoas, o que os Apóstolos tiveram e o que o papa tem; o caráter instrumental ou ministerial da concessão desses poderes; o tipo de vicariato que corresponde ao papa e ao rei.

A riqueza, a originalidade e a complexidade das ideias que os protagonistas mais destacados do debate suscitado naquele período histórico elaboraram e brandiram foram dadas a conhecer, principalmente, por Richard Scholz, no princípio do século XX, em dois livros já clássicos: no primeiro, publicou integralmente algumas fontes⁹ e no segundo¹⁰ catalogou uma série de obras e editou vários fragmentos de algumas delas.

Alguns anos depois, este mesmo estudioso alemão editou alguns dos tratados mais significativos do mesmo período, nomeadamente, o *De ecclesiastica potestate*¹¹ de Egídio Romano, o *Defensor Pacis*¹² de Marsílio de Pádua e o *Breviloquium de principato tyrannico*¹³ de Guilherme de Ockham.

Durante o transcurso do século passado, um elenco notável de investigadores também publicou fontes do período em exame, referidas às mesmas questões em debate e muito apreciáveis por seu conteúdo. Entre eles merecem destaque H. Finke, M. Kramer, Mgr. H. X. Aquillière, J. Leclercq OSB, H.S. Ofler, W. McCready, R.W. Dyson, J. Kilcullen, G. Knys, J. Scott *et alii*,...¹⁴

-
9. R. SCHOLZ. *Die Publizistik zur zeit Philipps des schönen und Bonifaz VIII*, 2ª ed., Amsterdam, Editions Rodopi, 1969.
 10. R. SCHOLZ. *Unbekannte kirchenpolitischen Streitschriften aus der Zeit Ludwigs des Bayern (1327-1354)*. 2 vols. Rom, Verlag von Loescher, 1911-1914. Por exemplo, Sybert von Beek. *Reprobatio sex errorum*. v. II, pp. 3-15. GUILLELMUS AMIDANI VON CREMONA. *Tractatus cuius titulus reprobatio errorum*. *Op. cit.*, pp. II, pp. 16-28 (<https://archive.org/details/unbekanntekirche01scho>). PETRUS DE LUTRA *Traktat gegen Marsilius von Padua und die Minoriten*. v. II, pp. 29-42. O estudioso alemão analisa os três tratados no v. I, pp. 3-27 (<https://archive.org/details/unbekanntekirche02scho>). AEGIDIUS SPIRITALIS. *Libellus contra infideles et inobedientes et rebelles sanctae Romanae ecclesiae ac summo pontifici*. *Ibidem*, pp. 105-129. A lista dessas fontes se estende da p. 576 à p. 585.
 11. AEGIDIUS ROMANUS. *De ecclesiastica potestate*, R. SCHOLZ (ed.), Weimar, 1929, Aalen, 1961.
 12. MARSÍLIUS VON PADUA. *Defensor Pacis*, Hannover-Leipzig, Hahnsche Buchandlung, 1932.
 13. Wilhem von Ockham als politischer Denker und sein *Breviloquium de principatu tyrannico*. Leipzig, 1944, Stuttgart, 1952.
 14. Ver respetivamente em ordem cronológica, H. FINKE (ED). *Aus den Tagen Bonifaz VIII*, Münster, Aschendorff, 1902. M. KRAMER. M. (ed.) *Determinatio compendiosa de iuris-*

É oportuno salientar que, durante o século XX, igualmente, foram sendo traduzidas aos idiomas modernos muitas fontes escritas nesse momento histórico em apreço. Todavia, parece-nos suficiente arrolar as que foram traduzidas ao português e ao castelhano¹⁵.

-
- dictione imperii*. Fontes iuris Germanici antiqui in usum scholarum ex Monumentis Germaniae historicis separatim editi, vol. 1. Hannoverae: Impensis Bibliopolii Hahniani, 1909, pp. 1-65. H.X. ARQUILIÈRE. *Le plus ancien traité de l'église: Jacques de Viterbe, De regimine Christiano.1301-1302*. Beauchesne, Paris 1926. H.S. OFFLER-J.G. SIKES (eds.) Guillelmi de Ockham *Opera politica*. Vols. I-III. Manchester, MUP. 1940-1974. H.S. OFFLER (ed.) Guillelmi de Ockham *Opera politica*, vol. IV. Oxford. OUP, 1997. JEAN LECLERCO OSB. «Textes contemporains de Dante sur des sujets qu'il a traités». *Studi Medievali* 6 (1965). W. D. Mccready. (Ed.). *Guillaume de Pierre Godin. The Theory of Papal Monarchy in the Fourteenth Century: Tractatus de causa immediata ecclesiastice potestatis*, Canada, 1982. JAMES OF VITERBO, *De regimine christiano. A Critical Edition and Translation*, edited by R.W. DYSON. Brill, Leiden-Boston 2009. R.W. DYSON (ED.), Giles of Rome's «*On Ecclesiastical Power*»: *A Medieval Theory of World Government*, Columbia University Press, New York 2004. R.W. DYSON (ED.). *Three royalist tracts 1296-1302 Antequam essent clerici; Disputatio inter Clericum et Militem; Quaestio in utramque partem*. University of Durham, Thoemmes Press, 1999. J. KILKULLEN, G. KNYSH E J. SCOTT *et alii* Guillelmus de Ockham. *Dialogus I-III*. British Academy. Edição bilingue em progresso, desde 1999. Disponível no sítio www.britac.ac.uk/pubs/dialogus/wtc.html.
15. Ao português MARSÍLIO DE PÁDUA. *Defensor da Paz. Introdução*, JOSÉ A. DE C.R. DE SOUZA, FRANCISCO BERTELLONI, GREGÓRIO PIAIA. Tradução e notas JOSÉ A. DE CAMARGO RODRIGUES DE SOUZA. *Coleção Clássicos do Pensamento Político*, v. 12, Petrópolis, Vozes, 1997. EGÍDIO ROMANO. *Sobre o poder Eclesiástico. Introdução*, tradução e notas Luís A. De BONI-CLÉA, PITT B. GOLDMAN VEL LEJBMAN. *Coleção Clássicos do Pensamento Político*, v. 7, Petrópolis, Vozes, 1989. TIAGO DE VITERBO. *Sobre o governo cristão*. Introdução, tradução e notas JOSÉ A. DE C.R. DE SOUZA. Edições húmus, 2012. JOÃO QUIDORT. *Sobre o poder régio e papal*. Introdução, tradução e notas Luís A. De BONI. *Coleção Clássicos do Pensamento Político*, v. 8, Petrópolis, Vozes, 1989. BARTOLOMEU DE LUCCA O.P. *Tratado anônimo sobre a origem e a translação do império romano*. Introdução, tradução e notas JOSÉ A. DE C.R. DE SOUZA. *Revista Portuguesa de Filosofia*. 70, 1 (2014), pp.142-163, Doi: 10.17990/rpf/2014_70_1_0142 fonte: pp. 155-163. EGAS DE VISEU. *Suma sobre a liberdade eclesiástica*. Introdução, tradução e notas JOSÉ A. DE C.R. DE SOUZA. *Itinerarium* 58 (2012), fonte: pp. 405-425. AGOSTINHO DE ANCONA. *Tertia et ultima quaestio*. Estudo e tradução da fonte. *Itinerarium* LX (2014), pp. 659-675. Fonte, pp. 675-686. DANTE ALIGHIERI. *Monarquia*. Trad. CARLOS DO SOVERAL. Coleção: *Os pensadores*. Vol. 8. São Paulo, Abril Cultural, 1973. MARSÍLIO DE PÁDUA. *Sobre a jurisdição do imperador em questões matrimoniais*. Introdução, tradução e notas JOSÉ A. DE C.R. DE SOUZA. *Leopoldianum* 32, (1984), fonte: pp. 175-187. *Defensor Menor*. Introdução, tradução e notas JOSÉ A. DE C.R. DE SOUZA. *Coleção Clássicos do Pensamento Político*, vol.10, Petrópolis, Vozes, 1991; *Sobre a translação do Império*. Introdução, tradução e notas JOSÉ A. de C.R. de Souza. *Veritas* 171 (1998), fonte: pp. 703-718. ÁLVARO PAIS. *Estado e Pranto da Igreja*, 8 vols. Tradução de M. PINTO DE MENESES. Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1988-91. *Espelho dos reis*. 2 vols. Tradução de M. PINTO DE MENESES. Instituto de Alta Cultura, Lisboa, 1955-1953. *Colírio da fé contra as heresias*. 2 vols. Tradução M. PINTO DE MENESES, Instituto de Alta Cultura, Lisboa, 1954-56. FRANCISCO DE MEYRONNES O. MIN. *Tratado sobre o principado temporal*. *Veritas* 187 (2002) pp. 473-483. FRANCISCO DE MEYRONNES O. MIN. «Questão acerca da subordinação do imperador ao sumo pontífice». *Lógica e linguagem na Idade Média*. LUÍS A. DE BONI. (Org). EdiPUCRS, 1995, pp. 179-196. GUILHERME DE OCKHAM. *Brevilóquio sobre o principado tirânico*. Introdução

Ao planejar este livro escolhemos algumas fontes de tamanho menor e menos famosas que, ainda não tinham sido traduzidas aos nossos idiomas. Todavia, são textos muito representativos da controvérsia e nela influentes, de modo que os julgamos muito importantes para entender melhor não só o teor das sobreditas obras mais conhecidas, mas também, para compreender o processo de elaboração das doutrinas em choque.

Este livro está organizado em duas Partes, correspondendo aos dois pontificados em questão. A Primeira começa com um capítulo dedicado a Bonifácio VIII e às chaves de seu governo e, nesta, de um lado, também apresentamos alguns opúsculos anônimos gestados na corte de Felipe IV, o Belo, como o *Antequam essent clerici*, (capítulo 2), o *Rex pacificus*, (capítulo 4), e a *Quaestio in utramque partem*, (capítulo 5) e, de outro, um capítulo representativo da teoria defendida pelos hierocratas, como o que Tiago de Viterbo dedica à *plenitudo potestatis papalis* em seu tratado *Sobre o governo cristão*, (capítulo 3) e, enfim, esta Parte termina com um capítulo sobre Jaime II, de Aragão, cujo longo reinado transcorreu durante os dois pontificados. Neste capítulo, mediante algumas fontes e extratos documentais, conexos com o tema das relações entre o poder temporal e o espiritual, objeto deste livro, mostramos como este monarca esteve envolvido em variegadas situações, com esses assuntos, como são a *Carta-relíquia* de Santa Isabel de Aragão, rainha de Portugal; o documento de criação da universidade de Lérida; os documentos relativos à conquista da Córsega, com apoio dos papas Bonifácio VIII e João XXII e, enfim, alguns extratos de documentos e uma fonte sobre o processo, derrota e supressão dos Templários em Aragão.

Na segunda Parte do livro, os dois capítulos iniciais, recheados de fontes, por exemplo, o decreto imperial *Cunctos populos*, que condena, depõe e excomunga João XXII, convergem sua atenção para os dois protagonistas principais do último embate entre o *Sacerdotium* e o *Imperium*,

JOSÉ A. DE C.R. DE SOUZA- LUÍS A. DE BONI. Tradução e notas Luís A. De BONI. *Coleção Clássicos do Pensamento Político*, v. 9, Petrópolis, Vozes, 1988. GUILHERME DE OCKHAM. *Obras políticas. Introdução*, traduções e notas por JOSÉ A. DE C.R. DE SOUZA. *Coleção Pensamento Franciscano*, v. II. Bragança Paulista/Porto Alegre, co-edição USF/EDIPUCRS, 1999. GUILHERME DE OCKHAM. *Oito questões sobre o poder do papa. Introdução*, tradução e notas por JOSÉ A. DE C.R. DE SOUZA. *Coleção Pensamento Franciscano*, v. VI. Bragança Paulista/Porto Alegre, co-edição USF/EDIPUCRS, 2002. Ao castelhano MARSÍLIO DE PADUA. *El defensor de la paz*, estudio preliminar, introducción y notas de L. MARTÍNEZ GÓMEZ, Madrid, Técnos, 1989. GUILLERMO DE OCKHAM. *Sobre el gobierno tiránico del papa*. Estudio preliminar, trad. y notas por P. RODRÍGUEZ SANTIDRIÁN, Técnos Madrid, 1992, 2000. MARSÍLIO DE PADUA. *Sobre el poder del imperio y del papa. El defensor menor. La transferencia del imperio*. B. BAYONA AZNAR-P. ROCHE (eds). Madrid, Biblioteca Nueva, 2005.

nas pessoas desse papa e de Luís IV, da Baviera. Por sua vez, os restantes capítulos são de cariz hierocrata. O terceiro está dedicado ao *Tratado sobre o governo temporal*, em que Francisco de Mayronis O.Min., defende a monarquia universal do papa; no quarto capítulo é apresentado um fragmento da *Confutatio errorum quorundam magistrorum*, de Guido Terrena O. Carm., aos erros contidos no *Defensor da Paz*, cujo resto da obra está perdido e que foi, talvez, a refutação mais imediata e perspicaz das teses de Marsílio de Pádua e no quinto é apresentado um pequeno tratado anônimo, o *De potestate Ecclesiae*, muito singular, pois discorre sobre o poder da Igreja e do papa, com base, exclusivamente na Sagrada Página.

Como se vê, boa parte dessas fontes, aqui, traduzidas são anônimas, porque foram escritas por autores que assessoravam a autoridade correspondente que lhes solicitava apoio doutrinal em seus interesses políticos, ou para evitar o risco que significava posicionar-se frontalmente contra um ou outro dos beligerantes em liça. Bem a propósito, tenhamos presente que um tratado da enorme envergadura do *Defensor da paz* foi publicado como anônimo e que assim que seu autor foi descoberto, sofreu uma insistente perseguição e uma condenação assaz intransigente. Todos esses textos estão claramente ao serviço de objetivos ideológicos bem definidos, mas, contêm uma grande riqueza de argumentos, uma numeração ingente de fontes doutriniais em que se fundamentam e uma valiosa reflexão teórica sobre a legitimidade do poder e a respeito das relações entre os poderes.

Estamos seguros de que há outras fontes da mesma época¹⁶ que também merecem ser divulgadas, entretanto, não seria possível fazê-lo aqui sem extrapolar o tamanho de um livro que pretendemos seja acessível, tanto por seu conteúdo quanto por seu preço, ao maior número possível de leitores.

À semelhança dos livros anteriores, nosso propósito com este novo trabalho, é facilitar aos licenciandos, mestrandos e doutorandos nas Ciências Humanas em geral, o acesso na própria língua vernácula a algumas fontes traduzidas pela primeira vez do latim e, aqui, apresentadas e, de maneira intencional, numa forma simples, sem análises exaustivas e comentários eruditos, a fim de que sejam eles

16. Podemos mencionar, por exemplo, o de *De potestate papae*, de HENRIQUE DE CREMONA, em RICHARD SCHOLZ, *Die Publizistik zur Zeit Philipps des Schönen und Bonifaz VIII*, 2ª Edição, Editions RODOPI, Amsterdam, 1969, pp. 459-471; e a *Disputatio inter clericum et militem*, fonte já parcialmente publicada em JOSÉ A. DE C.R. DE SOUZA-JOÃO MORAIS BARBOSA, *O Reino de Deus e o reino dos homens...*, pp. 152-154.

mesmos quem comecem com a leitura direta e, logo, possam avançar em suas investigações. Portanto, este livro está concebido a modo de ferramenta e, precisamente, com este propósito e só a título de estímulo, em geral, ao final de cada capítulo que trata especificamente das fontes acima indicadas, sugerimos-lhes alguns temas de investigação.

Enfim, é oportuno salientar, ainda, alguns aspetos relacionados com o enfoque deste livro. Em primeiro lugar partimos do suposto que *l'histoire événementielle* é o cenário imprescindível no qual vieram a lume as fontes que oferecemos aqui. Por isso, ela é abordada com o rigor científico requerido, sem que isso signifique que nos detenhamos a debater questões de natureza historiográfica, por exemplo, se tal ou tal expressão consagrada pelos estudiosos, (o «agostinismo político», «a reforma gregoriana» e etc.) continua vigente ou caducou e, igualmente sem desconhecer e procurando ter em conta que muitos especialistas eminentes, em seus trabalhos¹⁷, já consolidaram o tipo de abordagem que, ora, apresentamos.

-
17. Oferecemos una seleção dos mais relevantes, sem pretender que esta seja uma bibliografia completa: R.W. CARLYLE-A.J. CARLYLE. *A History of Medieval Political Theory in the West*, 6 vols., Edimburg, WILLIAM BLACKWOOD and SONS, 1950; M. MACARRONE, *Vicarius Christi. Storia del titolo papele*, Roma, Lateranum, 1952; G. DE LAGARDE. *La naissance de l'esprit laïque au déclin du Moyen Age*, 5 vols, Lovain-Paris, Nauwelaerts, 3e. ed., 1956-1970; E. H. KANTOROWICZ. *Os dois corpos do rei. Um estudo sobre a teologia política medieval*. Companhia das letras, 1998; M. WILKS. *The problem of the sovereignty in the later middle ages. The papal monarchy with Augustinus Triumphus and the publicists*, Cambridge, CUP, 1963; WALTER ULLMANN. *Medieval Papalism: The Political Theories of the Medieval Canonist*, Methuen, London, 1949; *Idem*, *The Growth of Papal Government in the Middle Ages*, London, 1955; *Idem*, *Law and Politics in the Middle Ages: An Introduction to the Sources of Medieval Political Ideas*, Cambridge, CUP, 1975; *Idem*, *Medieval Foundations of Renaissance Humanism*, London, Paul Elek, 1977; *Idem*, *Principios de gobierno y política en la Edad Media*, Madrid, Alianza, 1985; *Idem*, *Historia del Pensamiento Político en la Edad Media*, Barcelona, Ariel, 1997; MARCEL PRELOT, *As doutrinas políticas*, vol. I. Lisboa, Presença, 1973; M. PACAUT. *La théocratie. L'Église et le pouvoir au Moyen Age*, Paris, Desclée, 1989; B. TIERNEY, *Origins of papal Infallibility, 1150-1350, A Study on the Concepts of Infallibility, Sovereignty and Tradition in the Middle Ages*, Leiden, Brill, 1988; JOÃO MORAIS BARBOSA. «Fundamentos teóricos da hierocracia no pensamento político da Baixa Idade Média», *Revista da Universidade de Coimbra*, XXXVII (1992), pp. 149-165; G. PIAIA. *Marsilio e dintorni: contributi alla storia delle idee*, Padua, Antenore, 1999; A. BLACK. *El pensamiento político en Europa, 1250-1450*, Cambridge, CUP, 1996; JANET COLEMAN. *A History of Political Thought. From the Middle Ages to the Renaissance*, Oxford, Blackwell Publishing, 2004; J. MIETHKE. *Das Publikum politischer Theorie im 14. Jahrhundert*, Schriften des Historisches Kollegs-Kolloquien 21, München, 1992; *Idem*, *Las ideas políticas de la Edad Media*, Buenos Aires, Biblos, 1993; *Idem*, *De Potestate papae. Die päpstliche Amtskompetenz im Widerstreit der politischen Theorie von Thomas von Aquin bis Wilhelm von Ockham*, Tübingen, Mohr Siebeck, 2000, pp. 204-247 (tr. it.: *Ai confini del potere. Il dibattito sulla potestas papale da Tommaso d'Aquino a Guglielmo d'Ockham*, CINTIA STORTI (tr.), Editrici Francescane (Fonti e ricerche, 19), Padova, 2005; *Idem*, *Politiktheorie im Mittelalter. Von Thomas*

Em segundo lugar, é de suma importância advertir que, no tocante às teorias políticas da época em exame, caracterizadas pela interdisciplinaridade própria dos saberes medievais, é difícil, – senão impossível – separar Teologia, Filosofia, Direito, política, História, ramos do conhecimento que, por sua vez, não só se estribam no rigor da Lógica, mas, ainda, na exegese ou hermenêutica que obrigam o estudioso a explorar todas essas dimensões, se quiser bem compreender a fonte com a qual está a lidar.

Esta consideração é tanto mais pertinente em nossos dias, quando em quase todas as universidades europeias e latino-americanas, as reformas dos planos de estudo e os recortes propostos deixaram de lado algumas disciplinas no âmbito da filologia, da paleologia, inclusive das línguas clássicas, (e modernas) e alguns departamentos isolaram os que cultivam estudos e realizam pesquisas considerados «inúteis», sob a ótica da lógica empresarial e economicista que impera na sociedade atual, segundo a qual, a chave da política educacional deve ser a *utilidade* e só se deve financiar a instrução e a pesquisa que gerem benefícios tangíveis a curto prazo e facilitam – supostamente – o acesso posterior do estudante ao mercado de trabalho. Marta Nussbaum proporcionou um eloquente retrato desta progressiva degradação em seu belo livro *Sin fines de lucro*¹⁸.

Nós, organizadores deste livro, somos contrários a isso e navegamos na contramão dessa deriva utilitarista da ciência, da escola e da academia e insistimos em buscar e trazer à luz textos medievais escritos em latim, porque acreditamos que hoje, ainda, podemos aprender muito com eles e que «o conhecimento é uma riqueza que se pode transmitir sem empobrecer», como reza uma frase encontrada por Nuccio Ordine no quadro de avisos de uma biblioteca de manuscritos num oásis perdido do Saara¹⁹. E o fazemos com a ilusão de que não será inútil, se consideramos esta palavra em seu pleno sentido, com a esperança de contribuir para revelar aos nossos leitores a utilidade do inútil e com a vocação de

von Aquin bis Wilhelm von Ockham, Tübingen, Mohr Siebeck, 2008; B. BAYONA AZNAR, *El origen del Estado laico desde la Edad Media*, Madrid, Tecnos, 2009.

18. Martha NUSSBAUM. *Sin fines de lucro. Por qué la democracia necesita de las humanidades*, Buenos Aires/Madrid, Katz, 2011. Outro belo livro-manifesto contra os efeitos catastróficos da lógica do benefício é o de NUCCIO ORDINE, *La utilidad de lo inútil. Manifiesto*, Barcelona, Acantilado, 2013, que inclui como apêndice o ensaio de Abraham Flexner, *La utilidad de los conocimientos inútiles*.
19. NUCCIO ORDINE, *La utilidad de lo inútil*, p. 111.

quem entende o ensino como uma forma de sedução, mais do que como uma profissão para ganhar a vida.

Por esses motivos, em terceiro lugar, seriam muito bem-vindas novas publicações em nossos idiomas que aumentassem o conhecimento cabal das fontes escritas sobre a disputa entre os dois poderes àquela época e, em particular, temos consciência de que ainda falta ser escrito um volume que, associado ao mencionado livro anterior em conjunto, se ocupe do período que se estende desde a morte de Guilherme de Ockham (ca. 1347) até ao regresso do Papado à Cidade Eterna (1377).

Concluimos, agradecendo penhoradamente a alguns amigos que colaboraram para que este livro venha à luz: ao professor Gregório Piaia, da Universidade de Pádua, por sua acolhida sempre estimulante e generosa e pelo *Prólogo* com o qual nos presenteia. No tocante à primeira revisão deste texto, agradecemos o esforço e a colaboração dos amigos e colegas Armênia Maria de Souza e Luís Alberto De Boni.

Só nos resta acrescentar, também, um reconhecido agradecimento às Instituições que apostaram em publicar este livro e às pessoas que o apoiaram, à *Aletheia - Associação Científica e Cultural*, ao professor José Francisco P. Meirinhos, diretor do Instituto de Filosofia/Gabinete de Filosofia Medieval, graças a essas pessoas e às editoras que representam, as quais garantem a difusão do conhecimento, há livros que, como este, não têm espaço naquelas outras, cuja razão de ser é o lucro econômico.

